

**ESCOLAS PRÁTICAS DE AGRICULTURA:
ARQUITETURA NEOCOLONIAL NO INTERIOR
PAULISTA**

Luciana Pelaes Mascaro

lulu.mascaro@gmail.com

**ESCOLA DE ENGENHARIA DE SÃO CARLOS
UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO**

Escolas Práticas de Agricultura: Arquitetura Neocolonial no Interior Paulista

Resumo

Em algumas cidades do interior paulista, a arquitetura de tendência *neocolonial* se manifestou primeiro, em meio rural, associada a uma política de desenvolvimento agroindustrial. No início dos anos de 1940, o governo do Estado de São Paulo planejou a implantação de dez Escolas Práticas de Agricultura (EPAs) em seu território das quais seis foram construídas e se tornaram exemplares *neocoloniais* remarcáveis. Apresentamos aqui, o contexto político que originou tal projeto estadual e como a atuação de Fernando Costa como interventor do Estado de São Paulo foi determinante para a construção das EPAs segundo o modelo da Escola Nacional de Agricultura, no Rio de Janeiro. Analisamos a arquitetura das EPAs construídas em Pirassununga, em Bauru, em Guaratinguetá, em Itapetininga, em Ribeirão Preto e em São José do Rio Preto. E, finalmente, mostramos como, por intervenção do poder público, a arquitetura *neocolonial* ligada à agroindústria e ao meio rural se manifestou tardiamente no interior paulista e ajudou a difundir essa linguagem pela região, inclusive no meio urbano.

Palavras-chave: Escolas práticas de agricultura – Arquitetura neocolonial - Arquitetura paulista – Difusão

Fernando Costa combate o Jeca Tatu

A figura chave no planejamento e implantação das escolas agrícolas no Brasil e das EPAs no Estado de São Paulo foi o agrônomo Fernando Costa, que ocupou vários cargos públicos²⁷. Em 1938, foi indicado para Ministro da Agricultura, onde permaneceu por três anos, antes de ocupar o cargo de Interventor do Estado de São Paulo, de 1941 a 1945. A partir de sua presença nos assuntos do governo relacionados à agricultura, a política mudou de enfoque, o que foi bem interpretado por Teles & Iokoi (2005, p.63), através da metáfora do Jeca Tatu:

era inconcebível no projeto de Fernando Costa (...) a imagem criada por Monteiro Lobato do Homem do campo. A figura do Jeca Tatu preocupava esses dirigentes, de um lado, por considerá-la preconceituosa, e, de outro, por perceberem que de fato a monocultura e o latifúndio haviam apartado o camponês, o trabalho rural e o pequeno sítiante dos benefícios que os fazendeiros obtinham do fundo público do país.

A preocupação, naquela altura, era, pois, combater a imagem do camponês abandonado pelo poder público. Passou a ser importante levar a instrução aos trabalhadores do campo, através de instituições que foram implantadas em localidades distantes dos centros mais desenvolvidos e das capitais.

Nesse contexto, sob o mandato de Fernando Costa no Ministério da Agricultura (1938-1941), projetos para construção de escolas e de instituições ligadas à agricultura, pecuária e veterinária tomaram novo impulso. Houve investimentos no setor, reformas e reorganização das instituições, como podemos verificar pelas palavras do Ministro: “desde há muitos anos constitui objeto de preocupação nos meios técnicos o aparelhamento e articulação dos trabalhos de pesquisa e experimentação agrícolas, (...) para maior eficácia e preparo do pessoal técnico”. (COSTA, 1939, p.141).

Várias escolas de agricultura foram implantadas e melhoradas em diversas regiões do país, dentre as quais nos interessa a construção da Escola Nacional de Agronomia, à margem da estrada Rio-São Paulo, no Estado do Rio de Janeiro (1939) (FIGURA 1). No relatório de 1940, do Ministério da Agricultura ao Presidente da República, Fernando Costa refere-se à Escola Nacional de Agronomia nos seguintes termos:

A Escola Nacional de Agronomia, que está sendo construída em Santa Cruz, no quilômetro 47 da estrada de rodagem Rio - São Paulo, é uma das maiores realizações do Ministério da Agricultura (...). Obra grandiosa, já pelo seu aspecto arquitetônico, já pelas instalações que foram projetadas tendo em vista os progressos do ensino agrônomico, ela há de marcar uma época nesta fase de renovação econômica do país (COSTA, 1941, p.17).

E continua, com algumas menções às construções, dizendo que o projeto das instalações fora aprovado pelo chefe da Nação:

²⁷ Teles & Iokoi (2005) traçam a trajetória política de Fernando Costa.

êsse plano, organizado segundo as exigências da técnica moderna, compreendia numerosos edifícios dispostos em zonas distintas, ligadas por um grande parque paisagístico (...). Obras de grandes proporções, ela será um centro irradiador de ensinamentos agrícolas (COSTA, 1941, p.59-61).



Figura 1 – Escola Nacional de Agronomia, atual Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Fonte: Rumbelapager (2005).

Após a nomeação de Fernando Costa como Interventor do Estado de São Paulo, em 23 de julho de 1941, os jornais noticiaram uma reunião da Secretaria da Agricultura com os representantes dos lavradores de 45 municípios paulistas, para a discussão dos principais problemas, como as vias de comunicação, crédito agrícola, assistência técnica, redução de impostos, educação e assistência sanitária. Era pretensão do governo “tornar o homem do campo apto a encontrar no meio em que vive elementos para o seu progresso econômico e para sua perfeita estabilização social e que lhe possa proporcionar uma existência digna e feliz” e, era urgente combater “as endemias reinantes em diversas regiões, como a maleita (...). O sr. Fernando Costa declarou que está disposto a tomar todas as providências necessárias” (REUNIÃO..., 1941).

Tanto jornais de cidades do interior paulista como jornais da Capital, naquele momento, abordavam assuntos relacionados ao novo programa de governo, entre os quais, o ensino agrícola²⁸. Foi um quadro sintomático, num período em que o sistema de produção do café já havia decaído e era preciso encontrar alternativas viáveis para produtores e trabalhadores rurais. Agrônomos... (1941), retrata as expectativas quanto ao assunto, como se vê:

a presença do Sr. Fernando Costa no governo de S. Paulo acendeu as esperanças de que agora se intensificará (...) a campanha de racionalização agrícola que dará às nossas terras fertilidade permanente e que fixará as populações (...) cessando enfim a era do nomadismo econômico que caracteriza o Brasil e S. Paulo.

²⁸ Amaral Jr, Amadeu. Uma Escola Profissional em Cada Cidade. In: *O Dia*. São Paulo, 06/06/1941. Folha da Noite. *O Ensino Rural será Objeto de Especial Atenção*. São Paulo, 12/06/1941. O Estado de São Paulo. *O Programa de Governo do Interventor Fernando Costa*. “Instrução Pública e Ensino Rural – O Financiamento da Produção Agropecuária e a Reforma do Banco do Estado”. São Paulo, 17/06/1941. Folha da Noite. *Assistência Técnica aos Lavradores – Formação do Operariado Rural – Uma Escola Profissional para Cada Cinco Municípios*. São Paulo, 23/06/1941.

Esse artigo finaliza renunciando o que seria feito pelo novo interventor: “dividindo-se o Estado em blocos de cinco ou seis municípios, bastariam cinqüenta agrônomos para formar uma rede completa”. No ano seguinte, Fernando Costa lança um projeto que dividiria o Estado em regiões e instalaria, em cada uma, uma escola agrícola.

Além da implantação das Escolas Práticas de Agricultura (EPAs), ainda na década de 1940, o Ministério da Agricultura e as Secretarias de Agricultura dos Estados construíram também Casas da Lavoura, promoveram as Semanas Ruralistas e implantaram os Postos Agropecuários. O Estado parecia, finalmente, ter voltado os olhos para o Jeca Tatu.

No dia três de junho de 1942, portanto, o Decreto-Lei Estadual nº 12742 determinou a criação das EPAs²⁹. Fernando Costa colocou em prática seu projeto, seguindo a intenção de estabelecer uma escola em cada uma das zonas administrativas nas quais o Estado de São Paulo foi dividido. Em 1945, cinco das EPAs foram inauguradas: as de Bauru, de Guaratinguetá, de Itapetininga, de Pirassununga e de Ribeirão Preto. Embora Teles & Iokoi (p.64, 2005) afirmem que as demais não chegaram a ser construídas, em parte pelos problemas relacionados à Segunda Guerra Mundial e à crise do Estado Novo, consta que, em 18 de Agosto de 1944, através de um novo decreto, nº 14.139³⁰, o interventor estadual criou a EPA de São José do Rio Preto³¹, já prevista pelo primeiro decreto. As outras quatro EPAs – as de Amparo, Araçatuba, Marília e Presidente Prudente – não foram construídas. O projeto e a construção das EPAs foram entregues à antiga Diretoria de Obras Públicas (DOP) do Estado de São Paulo (Lourenço, 1999; Teles & Iokoi, 2005).

O aparecimento várias instituições de ensino e apoio à agroindústria no período em que Fernando Costa esteve no Ministério da Agricultura são indicadores que demonstram, além da necessidade de promover um sistema produtivo mais diversificado, a tendência política em expandir a ocupação do território e em potencializar a exploração de recursos naturais e agropecuários. Indica também investimento na educação agrícola (TELES & IOKOI, 2005), associada à educação nacionalista – característica do governo Vargas, como se sabe –, efetivada com a ajuda da linguagem arquitetônica. Várias das instituições federais, criadas e reformuladas naqueles anos, utilizaram a arquitetura *neocolonial*, como, por exemplo, a Escola Nacional de Agronomia.

Assim, apesar de o *neocolonial* não ser a linguagem exclusiva adotada pelo Ministério da Agricultura, verificamos que, entre os anos de 1938 e 1945, aproximadamente, configurou-se um

²⁹ Decreto-Lei 12742, de 03.06.1942: Dispõe sobre a criação de Escolas Práticas de Agricultura. Fonte: Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo. Acesso em 03.04.2007. Disponível em: <http://www.al.sp.gov.br/porta/site/alesp/menuitem.f737045a72a1eec53700aa5cf20041ca/?inicio=0&fim=10&texto=&idTpLei=&nrLei=12742&dtLei=&nrAnoLei=1942&tipoBusca=avancada#noWhere>

³⁰ Decreto-Lei 14139, de 18.08.1944: Dispõe sobre desapropriação de imóveis, situados em Rio Preto, necessários às instalações da Escola Prática de Agricultura. Fonte: Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo. Acesso em 03.04.2007. Disponível em: <http://www.al.sp.gov.br/porta/site/alesp/menuitem.f737045a72a1eec53700aa5cf20041ca/?inicio=0&fim=10&texto=&idTpLei=&nrLei=14139&dtLei=&nrAnoLei=1944&tipoBusca=avancada>

³¹ Informação retirada de (consulta: 13 de Março de 2007): http://www.sap.sp.gov.br/common/unidprisionais/ipa/sao_jose_da_rio_preto_dr_javert_de_andrade.html

segundo momento³² de contato entre o Estado e uma expressão arquitetônica que se propunha tradicional brasileira, passível de servir a certos propósitos nacionalistas. Esse momento é tardio, em relação à campanha *neocolonial*, que teve início nos anos de 1910 e cujo último debate tinha acontecido no início da década de 1930. Fernando Costa, como Ministro da Agricultura e como Interventor do Estado, manteve e estendeu a oficialidade dessa arquitetura por, aproximadamente, mais uma década, a partir de 1938, contribuindo, assim, para que a linguagem *neocolonial* tenha se difundido por um longo período.

Ao observar a arquitetura das EPAs, constatamos que o projeto de “construção da nacionalidade” atingiu a esfera estadual e beneficiou-se das idéias lançadas, quase duas décadas antes, por Severo e Mariano Filho, pois todas elas foram construídas segundo os preceitos da arquitetura *neocolonial*. Teles & Iokoi (2005) descrevem rapidamente como deveriam ser as estruturas das EPAs:

As plantas seguiam rigorosamente o estilo colonial brasileiro, em perfeita harmonia com as paisagens onde seriam instaladas (TELES & IOKOI, p.74, 2005).

Observamos também a prática do ritual nacionalista associado à arquitetura, na ocasião da inauguração da EPA de Pirassununga:

A festa de inauguração foi uma atividade cívica e ufanista, com pompas militares, desfiles, hasteamento do Pavilhão Nacional, hino e apresentação da Banda da Força Policial e da Guarda Civil de São Paulo. Evidentemente, essas manifestações, bem ao gosto do regime, faziam parte de todo um aparato destinado ao engrandecimento das figuras políticas e do nacionalismo, que vinha sendo despertado em diferentes países desde o final da Primeira Guerra Mundial (Teles & Iokoi, 2005, p.64)

Assim, notadamente nas décadas de 1930 e 1940, a ideologia nacionalista envolveu a criação e a construção das escolas agrícolas, fato que se refletiu na arquitetura. A linguagem *neocolonial* - possivelmente pelo seu teor tradicionalista - foi adotada para melhor expressar os propósitos oficiais da época.

A Breve Trajetória das EPAs

Segundo Lourenço (1999, p.192,) o DOP foi o órgão responsável pela construção das instalações da EPA “Getúlio Vargas”, de Ribeirão Preto, atual Campus da Universidade de São Paulo, cujo projeto é do arquiteto Hernâni do Val Penteadado. O processo de extinção dessa EPA deu-se entre 1952 e 1954. Inicialmente³³, parte do prédio da escola agrícola foi cedida para uso da

³² Anteriormente ao governo Vargas, ainda na década de 1920, já havia existido uma aproximação entre o Estado e a arquitetura neocolonial, o que fica patente com a construção de estabelecimentos de ensino no Rio de Janeiro. Ver Kessel (2002, p.149-152).

³³ Lei 2029, de 24.12.1952: Cessão, à Universidade de São Paulo, do uso de parte do imóvel onde funciona a Escola Prática de Agricultura de Ribeirão Preto. Fonte: Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo. Acesso em 04.04.2007. Disponível em: <http://www.al.sp.gov.br/porta/site/alesp/menuitem.f737045a72a1eec53700aa5cf20041ca/?inicio=0&fim=10&texto=&idTpLei=&nrLei=2029&dtLei=&nrAnoLei=1952&tipoBusca=avancada>

Universidade de São Paulo e, finalmente³⁴, dois anos mais tarde, recebeu a Faculdade de Medicina desta universidade.

A EPA “Paulo de Lima Correia”³⁵, de Guaratinguetá, foi inaugurada em 1945. Foi doada à União em 1950³⁶ e, posteriormente, transformada na Escola de Especialistas de Aeronáutica. O processo de mudança, porém, ocorreu sob protestos dos moradores da cidade, como mostra o artigo do jornal *Diário de São Paulo*, de 29 de outubro de 1949. O artigo, intitulado “Contrários à Transferência da Escola Prática de Agricultura” traz a notícia de que a população se organizou e realizou um abaixo-assinado de 450 assinaturas, pedindo à Assembléia Legislativa do Estado “que não prive esta localidade, e mesmo toda a zona, de tão útil, valioso e necessário estabelecimento de ensino agrícola, que tantos benefícios vêm prestando em prol do reerguimento agropecuário da região”. Notícias de teor equivalente encontram-se no jornal *Correio Paulistano*, dos dias 29 de outubro de 1949 e 05 de novembro de 1949. Apesar de toda a movimentação em favor da manutenção da escola de Agricultura, em 1954, a escola de aeronáutica já estava em pleno funcionamento.

A EPA “Dr. Fernando Costa”, de Pirassununga, foi inaugurada no dia 05 de junho de 1945. Seu projeto e execução estavam a cargo da DOP e, provavelmente, o autor do projeto foi o arquiteto Hernani do Val Penteado. Em 1956 foi fechada e em cinco de novembro de 1957, “o governador Jânio Quadros cedeu às pressões contrárias dos políticos e das associações rurais de Pirassununga” e criou o Izip – Instituto de Zootécnica e Indústrias Pecuárias -, através da Lei nº 1.763 (TELES & IOKOI, 2005, p.89). As palavras das autoras mostram que, também nessa cidade, houve resistência à transformação da Escola Prática Agrícola, ainda que ela se tornasse outra instituição de ensino, anexa à Universidade de São Paulo. Atualmente, suas instalações são ocupadas pela Faculdade de Zootecnia e Engenharia de Alimentos da USP.

A Escola Prática de Agricultura “Gustavo Capanema”, de Bauru, foi, igualmente, criada em 1942. No dia 19 de abril desse mesmo ano, o Interventor Fernando Costa assina a ata de lançamento da pedra fundamental. Desde 12 de junho de 1955, é utilizada como Instituto Penal Agrícola “Prof. Noé Azevedo”, um presídio de regime semi-aberto para detentos de bom comportamento ou em cumprimento final de pena³⁷.

A Escola Prática Agrícola “Dr. Javert de Andrade”, de São José do Rio Preto, foi apenas parcialmente construída, pois em 1949 suas instalações foram finalizadas pelo então governador

³⁴ Lei 2844, de 07.12.1954: Inclui, no quadro da Universidade de São Paulo, cargos da Secretaria da Agricultura (Escola Prática de Agricultura de Ribeirão Preto, extinta). Fonte: Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo. Acesso em 04.04.2007. Disponível em: <http://www.al.sp.gov.br/porta/site/alesp/menuitem.f737045a72a1eec53700aa5cf20041ca/?inicio=0&fim=10&texto=&idTpLei=&nrLei=2844&dtLei=&nrAnoLei=1954&tipoBusca=avancada>

³⁵ Paulo de Lima Correia foi Secretário da Agricultura quando Fernando Costa era Interventor do Estado.

³⁶ Lei 696, de 05.05.1950: Autoriza a doação da escola prática de agricultura de Guaratinguetá à União. Fonte: Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo. Acesso em 03.04.2007. Disponível em: <http://www.al.sp.gov.br/porta/site/alesp/menuitem.f737045a72a1eec53700aa5cf20041ca/?inicio=0&fim=10&texto=&idTpLei=&nrLei=696&dtLei=&nrAnoLei=1950&tipoBusca=avancada>

³⁷ Visita realizada ao Instituto Penal Agrícola “Prof. Noé Azevedo” em 02/05/2007 e informações colhidas com os funcionários Silvio Padim e Roberval Cervantes Doro.

Adhemar de Barros³⁸; porém, ao que parece, nunca chegou a funcionar. No Diário Oficial do Estado de São Paulo, do dia 28 de novembro de 1951, encontramos o protesto do deputado Alberto Andaló, de São José do Rio Preto, contra a instalação de um presídio agrícola nas dependências do que deveria ter sido a Escola Prática Agrícola daquela cidade:

verificamos o caso como realmente ele se apresenta. Existem 3 prédios semi-construídos pelo interventor Fernando Costa, nos terrenos da Escola Prática de Agricultura. (...) Agora vai ser reformado o prédio (...) e, então, irão para lá (...) trinta ou quarenta condenados [que] posteriormente irão reformar o outro prédio (...) situação «maravilhosa»: Rio Preto perdeu os terrenos; perdeu aquilo que era produção imediata para o consumo da cidade, perdeu a Escola Prática de Agricultura e recebeu, em compensação, os presos que irão (...) cultivar a terra (SÃO PAULO (ESTADO), 1951, p.30).

Afinal, o instituto penal agrícola foi instalado, e continua em funcionamento.

A Escola Prática de Agricultura “Carlos Botelho”, de Itapetininga, também foi criada em 1942³⁹, mas foi inaugurada no dia cinco de junho de 1945, com o nome de “Escola Técnica no Bairro Capão Alto”. De 1955 a 1959, durante o governo de Jânio Quadros, foi utilizada como instituto penal, fato desaprovado pela população, que reivindicava o retorno da escola. Em 1969, foi finalmente re-inaugurada como “Escola Técnica Agropecuária Estadual Prof. Edson Galvão”⁴⁰, uma das escolas dos Centros de Educação Tecnológica Paula Souza (Ceeteps).

Fernando Costa permaneceu como Interventor do Estado de São Paulo até 27 de outubro de 1945. A partir de então, seus sucessores não mantêm a mesma política de interesse no projeto das EPAs. A partir de 1950, os usos aos quais foram destinados os prédios das EPAs foram alterados. A morte de Fernando Costa, em 1946, anunciaria uma fase de decadência que, associada às condições políticas e históricas, levou ao esgotamento do projeto de ensino agrícola nos moldes então implantados. Essa fase de declínio aparece na crítica do deputado Aníbal Furlan, registradas também no Diário Oficial do dia 28 de novembro de 1951:

quero (...) dar o meu testemunho pessoal a respeito das chamadas Escolas Práticas de Agricultura. Em Ribeirão Preto há uma Escola Prática de Agricultura suntuosa, um verdadeiro monumento que honra o Estado de São Paulo. Acontece que, na prática, é o mais retumbante fracasso que já vi. O indivíduo sai da fazenda, entra na Escola e fica vagabundo, porque durante os três anos de permanência na Escola, se acostuma com água quente, com cinema, teatro, etc. Nunca mais voltará para a fazenda de onde saiu filho de colono. Dessa forma penso que o problema da Escola Prática de Agricultura, como se situa hoje, é um problema superado. Não dá, absolutamente, resultado algum (SÃO PAULO (ESTADO), 1951, p.30).

³⁸ “Foi realizada a conclusão de cobertura dos edifícios principais da Escola Prática de Agricultura de São José do Rio Preto, e do Pavilhão para isolamento de animais, no Instituto Biológico”. Disponível em: <http://www.adhemar.debarros.nom.br/desenvolvimento/agrointe.htm>. Acesso em 05.04.2007.

³⁹ Decreto-Lei nº 12.912, de 28 de Agosto de 1942. Dispõe sobre a desapropriação de imóveis necessários à Escola Prática de Agricultura de Itapetininga. Disponível em: http://www.al.sp.gov.br/web/portal/08_documentoacao_informacao/decretos_leis_pl77_%202006.pdf Acesso em: 13/04/2007.

⁴⁰ Disponível em: http://www.ceeteps.br/Ete/Escolas/Sorocaba/Itapetininga_ETE_Prof_Edson.html Acesso em: 17/03/2007.

Descontando o enfoque pejorativo do discurso do deputado, observamos que o projeto do interventor Fernando Costa não frutificou conforme o esperado. Mais adiante, o debate entre deputados continua pondo em causa a ociosidade e os grandes custos que as instalações das EPAs passaram a gerar para os cofres do Estado, considerando, portanto, que seria melhor destiná-las a outros usos do que manter seu uso original (SÃO PAULO (ESTADO), 1951, p.30). Isso viria a acontecer, de fato, a partir de 1950, com todas as cinco escolas construídas.

Finalmente, o projeto das EPAs foi ambicioso. Suas unidades contaram com estruturas de grandes capacidades, conforme afirmam Teles & Iokoi (2005, p.69): “cada escola receberia trezentos alunos internos e 150 semi-internos, capacidade que poderia ampliar-se, pois o projeto previa a ampliação das instalações”. Porém, já de início esse grande projeto foi implantado apenas parcialmente, uma vez que das dez unidades planejadas somente foi realizada a metade. Cada escola levou aproximadamente três anos para ser concluída – de 1942 a 1945 todas estavam em obras - e formaram as primeiras turmas por volta do final da década de 1950, quando os grupos dirigentes haviam sido mudados e, com eles, a política para essas escolas rurais. A formatura da primeira turma da EPA “Gustavo Capanema”, de Bauru, por exemplo, aconteceu em junho de 1949. Portanto, o que deveria ter sido um projeto de longo prazo - pelos altos recursos, tempo e variáveis envolvidas -, agonizou em, praticamente, cinco anos. Como disseram Teles & Iokoi (2005, p.84), “Retornava a metáfora do Jeca Tatu”. Todavia as construções foram preservadas e nos dão um testemunho eloqüente da adoção da linguagem arquitetônica *neocolonial* naquele período.

A arquitetura das EPAs

As informações levantadas sobre as EPAs nos permitem visualizar as circunstâncias que envolveram sua implantação e construção. Por estarem localizadas em áreas rurais, houve exigências e dificuldades de toda ordem a serem vencidas: desde a abertura e adequação dos terrenos aos projetos, passando pela ligação das unidades com centros maiores através de vias e meios de transporte para trabalhadores, materiais de construção, alunos e funcionários, até o abastecimento de energia elétrica e água - que, quando não podiam ser trazidos de redes próximas, deviam ser produzidos no local, por geradores e poços. Assim, a construção do projeto das EPAs demandou grandes esforços e recursos, em nada condizentes com o tempo em que funcionaram.

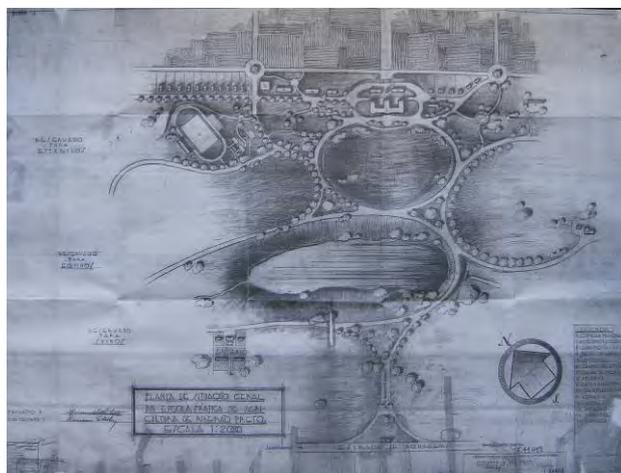
As instalações das EPAs, além de incluírem campos para cultivo, criação de animais e represas, eram formadas por um conjunto de edificações, entre as quais as destinadas ao prédio principal, aos alojamentos, ao ginásio de esportes, ao salão social, aos laboratórios, aos estábulos, ao laticínio, ao matadouro, às casas para funcionários e professores etc.

Essa estrutura, em cada unidade, era envolvida por um planejamento paisagístico que se assemelha ao projeto de Ângelo Murgel para a Escola Nacional de Agronomia, no qual podemos identificar elementos dos jardins ingleses. Características como as de grandes gramados, tanques de água, traçados sinuosos e caminhos com bifurcações para favorecer certas visuais são encontradas nos projetos paisagísticos das EPAs. Um traço recorrente é o acesso por caminhos que nunca vão diretamente até a edificação principal, mas abrem-se e circundam pelas laterais de um gramado frontal, em formas ovais ou elípticas⁴¹.



Figura 2 – Foto aérea da Escola Prática de Agricultura “Fernando Costa”, Pirassununga, Fonte: Arquivo da USPFZEA. Fotos do lago frontal ao prédio. Fonte: foto da autora, dezembro de 2006.

Figura 3 - Planta de situação da Escola Prática de Agricultura “Getúlio Vargas”, Ribeirão Preto, do arquiteto Hernani do Val Penteado. Fonte: Arquivo da C.P.O.S. e Acervo de Projetos da FAUUSP.



Os traçados paisagísticos para as EPAs diferem, porém, dos jardins ingleses, no emprego de alguma simetria, como no caso da EPA “Dr. Fernando Costa”, de Pirassununga, que exibe um eixo frontal à edificação principal, embora, de uma perspectiva mais ampla, os traçados de cada lado do eixo sejam diferentes (FIGURAS 2, 3). No caso da EPA “Gustavo Capanema”, de Bauru, existe simetria em frente a cada edificação, mas o traçado geral é assimétrico e sinuoso. O responsável por esse projeto foi João Schmid, vinculado à *Construtora de Jardins «São Paulo»*, que ficava à Rua Tutoya, 343. Atualmente, parte do traçado está descaracterizada. Desde que passou a ser utilizada como instituto penal, foi necessário adaptar os espaços. Encontramos um projeto, da década de 1970, para instalação de alambrados ao redor de três dos principais prédios para impedir a circulação. A disposição dessas barreiras não respeitou o arruamento do projeto original e desfiguraram por completo o ajardinamento anterior (FIGURA 4).

⁴¹ Um dos jardins que pode ser tomado como referência para os das EPAs é o da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, em Piracicaba, concebido pelo arquiteto paisagista belga Arsenio Puttemans e pelo professor Luiz Teixeira Mendes, e implantado em 1907 (LIMA, 1987, p.21)

As fotos aéreas da Escola de Especialistas de Aeronáutica, de Guaratinguetá, antiga EPA “Paulo de Lima Correia”, mostram que, no decurso de transformação de uma instituição para outra, a taxa de ocupação cresceu consideravelmente, fazendo com que o traçado original se extinguisse. Apesar disso, ainda é possível distinguir alguns elementos do projeto paisagístico original: o acesso lateral ao prédio principal, o acesso por vias sinuosas à casa principal do conjunto e uma rua curva que leva às antigas casas dos funcionários. Sobre as outras três EPAs construídas não encontramos informações que permitissem uma análise sobre sua implantação e seus jardins.



Figura 4 – Foto aérea do atual Instituto Penal Agrícola “Prof. Noé de Azevedo”, de Bauru. Vemos claramente os alambrados impostos ao projeto original. Fonte: Arquivo do Instituto Penal Agrícola “Prof. Noé de Azevedo”.

Apesar da clara referência à arquitetura barroca, feita nos prédios das EPAs, o mesmo não se deu em seus projetos paisagísticos. Poderíamos supor, seguindo a mesma lógica, que o traçado para esses espaços fosse inspirado na simetria e no emprego de desenhos geométricos dos jardins franceses que coincidem com o período Barroco⁴². Porém, a identidade com o aspecto romântico e pitoresco prevaleceu na composição geral dos traçados para os entornos dessas escolas. Talvez isso se tenha dado pelo fato de as escolas se situarem em áreas rurais, condicionante ligada à idéia romântica de idealização do campo. Além do que os prédios, em sua concepção *neocolonial*, também estão associados ao espírito romântico e pitoresco.

O modelo para as EPAs foi o projeto desenvolvido pelo arquiteto Ângelo Murgel para a Escola Nacional de Agronomia, atual Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (FIGURA 1). O fator determinante para que esse modelo fosse utilizado nas EPAs foi a nomeação de Fernando Costa como Interventor do Estado de São Paulo.

A Diretoria de Obras Públicas (DOP) desenvolveu dois *projetos tipo* para as EPAs, com um ou dois pavimentos. Esses *projetos tipo* são, claramente, versões simplificadas do projeto para a Escola Nacional de Agronomia. Como evidência maior, encontramos no arquivo do Instituto Penal Agrícola “Prof. Noé Azevedo” (antiga EPA de Bauru), a planta do primeiro andar do prédio de

⁴² “Por haber nascido en Inglaterra se le conoce [ao jardim paisagístico, de traçado irregular] por *jerdín inglés*, reservando la denominación de *jardín francés*, al de trazado regular del siglo XVII” Mercadal (1949, p. 161).

“escola e administração”, projetada pelo arquiteto Hernani do Val Penteadó, com uma observação importante na prancha de desenho: “adaptação do projeto dos Engos. Mario Whately & Cia.” para a Escola Nacional de Agronomia, segundo Rumbelapager (2005, p.102)⁴³.

Especialmente, é na compleição das entradas principais que verificamos uma grande semelhança: na Escola Nacional de Agronomia a entrada se faz por um antecorpo destacado e um pórtico. O antecorpo é composto por um grande frontão curvo e interrompido, com coruchéus laterais, uma janela falsa central elíptica preenchida por um painel de azulejos e três portas-balcão que dão para uma sacada em forma de taça e de guarda-corpo maciço. O pórtico, igualmente, apresenta grande frontão curvo com ornamento em painel de azulejos, coruchéus sobre três grandes arcos (FIGURA 1).

Detendo-nos na análise, notaremos que o *projeto tipo* um (2 pavimentos) das EPAs, é muito semelhante à descrição acima, embora sem o espaço que forma o pórtico. O *projeto tipo* dois (1 pavimento) também é muito semelhante, porém, por sua vez, sem o espaço que forma o antecorpo. No mais, outras componentes do partido, como a seqüência de janelas laterais nos três pavimentos, alas que partem perpendicularmente à fachada principal, e a simetria, são traços que tornam evidentes as semelhanças entre os prédios. Podemos ainda citar os telhados, as arcadas, os azulejos e os adornos, como elementos de construção que foram empregados tanto em uma, como noutras obras oficiais.

Bauru e Ribeirão Preto receberam o projeto com dois pavimentos e assemelham-se no destaque do volume central, que avança em relação à fachada, por onde se dá o acesso principal. No prédio principal da escola de Bauru, um grande frontão tripartido, com volutas e coruchéus nas laterais, sobrepõe-se a três aberturas de arco abatido e a três arcos plenos (FIGURA 5).



Figura 5 – fachada do prédio principal da Escola Prática de Agricultura “Gustavo Capanema”, Bauru. Fonte: fotos da autora, Abril de 2007.

⁴³ Escola Nacional de Agronomia foi elaborada “por Mario Whately & Cia, sob a supervisão do engenheiro-arquiteto Ângelo Murgel (da Divisão de Obras do Ministério da Agricultura) nomeado pelo então ministro Fernando Costa (e com a contribuição dos arquitetos Eduardo da Veiga Soares e José Theodoro da Silva)” (RUMBELAPAGER, 2005, p.102).

Uma das aberturas é uma porta-balcão, cuja sacada semicircular possui uma balaustrada com elementos que evocam as madeiras torneadas, itens muito utilizados nas manifestações arquitetônicas neohispânicas. As duas laterais da fachada são marcadas por duas grandes seqüências de janelas, no piso superior de arco abatido e no inferior de vergas retas. Na Escola de Ribeirão Preto, diferentemente, o frontão do antecorpo em destaque na fachada é triangular, mas, de maneira similar, apresenta três aberturas: três janelas no piso superior e duas janelas elípticas e uma portada central decorada com motivos evocativos da arquitetura barroca. As laterais do prédio são compostas por arcadas no pavimento inferior, e uma seqüência de janelas de arcos abatidos no superior, que chegam, dos dois lados, a outros dois volumes destacados. Em planta, os prédios das duas unidades, de Bauru e de Ribeirão Preto, são em forma de “E”, com três alas partindo perpendicularmente à fachada principal (FIGURA 4,6). Os portões de entrada das unidades de Bauru e Ribeirão Preto seguem o mesmo projeto e são praticamente iguais, com rusticação nas pilastras de entrada, arco pleno e janelas elípticas.



Figura 6 – Foto aérea da Escola Prática de Agricultura “Getúlio Vargas”, Ribeirão Preto, mostrando o partido do prédio principal. Disponível em: <http://www.fmrp.usp.br/portal/fotos.php>. Acesso em: março de 2007.

As EPAs “Paulo de Lima Correia”, de Guaratinguetá, “Dr. Fernando Costa”, de Pirassununga, e “Dr. Carlos Botelho”, de Itapetininga, foram construídas segundo o tipo de projeto de um pavimento. (FIGURA 7, 8, 9). Os prédios principais das duas primeiras escolas têm a fachada simétrica e também possuem um antecorpo central destacado, por onde se faz o acesso através de três arcos encimados por um grande frontão, curvo e abatido, decorado por telhas capa e canal, e um painel de azulejos mostrando uma cena rural. A fachada continua, para a esquerda e para a direita, com um ritmo de abertura marcado por três janelas de vergas retas de cada lado.



Figura 7 – Fachada do prédio principal da Escola Prática de Agricultura “Paulo de Lima Correia”, Guaratinguetá. Fonte: fotos da autora, Abril de 2007.

Figura 8 – Prédio principal da Escola Prática de Agricultura “Fernando Costa”, Pirassununga. Fonte: foto da autora, dezembro de 2006.



Figura 9 – prédio principal da Escola Prática de Agricultura “Dr. Carlos Botelho”, Itapetininga. Fonte: foto A. F. de Souza, Abril de 2007.

O prédio principal da escola de Itapetininga é quase idêntico, mas difere levemente na forma do frontão e do painel de azulejos, na ausência de telhas sobre a cimalha desse elemento, e no ritmo de abertura das laterais da fachada, que possui três janelas pequenas e agrupadas, e uma maior, de arco pleno a cada lado. Esse prédio e o de Guaratinguetá têm cunhais decorados com aplicação em pedra. Todos os prédios principais dessas três unidades assemelham-se em planta, cuja forma pode ser descrita como uma cruz de quatro travessas (FIGURA 10, 11). As alas intermediárias possuem dois pavimentos compostos por arcos alongados, em que a curva fica apenas na fachada do pavimento superior; aí, os guarda-corpos empregam as meias-luas decorativas. Nessas alas estavam localizados os dormitórios.



Figura 10 – Fotos aéreas do prédio principal da Escola Prática de Agricultura “Fernando Costa”, Pirassununga. Prédio, em forma de cruz com várias travessas, como as escolas de Itapetininga e Guaratinguetá. Fonte: Arquivo da USP FZEA.

Figura 11 – Vistas aéreas da Escola Prática de Agricultura “Paulo de Lima Correia”, Guaratinguetá. Prédio principal em forma de uma cruz com quatro travessas. Fonte: Arquivo da Escola de Especialistas de Aeronáutica.



Diversos outros estilemas são recorrentes tanto na Escola Nacional de Agronomia como nas EPAs, como portadas decoradas; cartelas; volutas; coruchéus; arcadas; telhados de telha capa e canal, beirais revirados e telhas de ponta, azulejos e ainda outros. Todos esses traços de semelhança ajudam a constatar que o modelo para as EPAs foi, de fato, a Escola Nacional de Agronomia, embora neste trabalho não tenhamos a possibilidade de analisar todos eles⁴⁴.

Considerações Finais

A campanha *neocolonial*, que teve início na década de 1910 e foi encabeçada por Ricardo Severo e José Mariano Filho, não se limitou nas cidades de São Paulo e do Rio de Janeiro. Ao contrário, a linguagem e as características próprias da arquitetura ligada a essa campanha se reproduziram rapidamente. A imagem identificada como *neocolonial* tomou grande visibilidade e foi rapidamente assimilada como representação de modernidade, de originalidade, de tradicionalismo e de *status*. E, finalmente, chegou a ser uma importante opção do poder público para edifícios oficiais. Durante as décadas de 1920, 1930 e 1940, diversos edifícios públicos foram construídos seguindo a estética *neocolonial* em diversos lugares do país.

Apesar de não ser um fato ignorado, a presença do *neocolonial* – e das derivações dessa linguagem – fora dos principais centros, como o Rio de Janeiro e São Paulo, foi pouco estudado.

⁴⁴ Para mais detalhes sobre o assunto ver: RUMBELAPAGER, 2005; MASCARO, 2008.

Por isso, sabíamos pouco sobre o processo de difusão para essas regiões mais distantes dos centros de onde a campanha foi originada. Sabíamos ainda menos que a nova política paulista de desenvolvimento agroindustrial (anos de 1940) teve influência nesse processo e que obras remarcáveis, construídas para atender a essa política, teriam desempenhado um papel importante na difusão da linguagem *neocolonial*.

Assim, a vinda de Fernando Costa do Ministério da Agricultura para a Interventoria do Estado de São Paulo determinou a Escola Nacional de Agricultura como modelo para as EPAs, tanto no que diz respeito à ideia de educação agrícola como à reprodução da arquitetura *neocolonial*. Tendo sido um projeto de grande envergadura, ligado à política nacionalista do período, as EPAs não passaram despercebidas. Apesar de terem sido construídas em áreas rurais, estiveram fortemente presentes nos espíritos da população. Foram obras que representavam uma nova e promissora fase para a agroindústria e que, portanto, gozaram de boa reputação. Dessa forma, foram tomadas como referência para a reprodução da tendência arquitetônica *neocolonial*, em vários graus de complexidade ou simplificação, tanto para edificações em áreas urbanas como rurais do interior paulista.

Referências

AGRÔNOMOS regionais. **Folha da Manhã**. São Paulo, jun. 1941.

COSTA, F. **Ministério da Agricultura: trabalhos realizados em 1938**. Rio de Janeiro: Oficinas Gráficas do Serviço de Publicidade Agrícola. Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, Exmo.Sr.Dr.Getúlio Vargas, pelo Ministro de Estado dos Negócios da Agricultura, 1939.

_____. **Realizações do presidente Getúlio Vargas no Ministério da Agricultura**. Conferência realizada no Palácio Tiradentes, Rio de Janeiro, 1941.

LIMA, A. M. L. P. Nosso parque faz 80 anos. **Revista ADEALQ**, Piracicaba, v.10, n.6, p.20-22, 1987.

LOURENÇO, M. C. F. (Org.). **Bens imóveis tombados ou em processo de tombamento da USP**. São Paulo: EDUSP, 1999.

MASCARO, L. P. **Difusão da arquitetura neocolonial no interior paulista, 1920-1950**. Tese (Doutorado), Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo e Área de Concentração em Teoria e História da Arquitetura e do Urbanismo, São Carlos: EESC-USP, 2008.

MERCADAL, F. G. **Parques y jardines: su historia e sus trazados**. Madrid: Afrodísio Aguado, v.4, 299p., 1949.

REUNIÃO de lavradores na Secretaria da Agricultura. **Diário de São Paulo**. São Paulo, jul., 1941.

RUMBELAPAGER, M. de L. **Arquitetura neocolonial**. Rio de Janeiro: Ed. Universidade Rural, 2005.

SÃO PAULO (Estado). Explicação Pessoal. **Diário Oficial do Estado de São Paulo**, São Paulo, ano 61, n.265, p.30, 1951.

TELES, T. C.; IOKOI, Z. M. G. **Campus de Pirassununga da Usp: Memória e História**. São Paulo: Edusp, 2005